

## UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA

PROPOSTA PARA DEBATE NO SEMINÁRIO CONVOCADO PELA VIA  
CAMPESSINA – CHAPECÓ – DIAS 1º E 2 DE SETEMBRO DE 2006

### QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS

1. Breve Histórico

2. Conceito Geral:

**Queremos uma universidade pública e popular, centrada no conceito de cidadania e voltada para o desenvolvimento social.** Partindo do pressuposto que a universidade contempla a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão, lutamos por uma **universidade pública** que, sendo um **bem público, oferece ensino gratuito e atende ao direito de acesso ao ensino superior daqueles que historicamente foram excluídos desse processo** (os trabalhadores, os camponeses, o negro, o índio, as mulheres, ...). **Uma universidade popular, com autonomia administrativa e pedagógica, que garanta a viabilidade de um ensino popular dirigido para as necessidades e interesses do povo.**

Inspirada em Paulo Freire, a educação popular tem como objetivo contribuir para a produção de formas políticas de conhecimento popular, que reforcem o poder de resistência e luta dos movimentos populares. Desse modo, o eixo da organização curricular, numa universidade popular, são as necessidades e experiências da vida social. Esta perspectiva rejeita as idéias conteudistas, que supervalorizam o saber sistematizado e a cultura dominante, que vêem o conhecimento como estático e acabado, que enfatizam a transmissão em detrimento da produção do saber, que não destacam a reflexão crítica dos alunos, que não questionam a função da educação no processo de emancipação do cidadão. A educação popular valoriza a cultura e a considera um instrumento para a reflexão e a promoção dos grupos subordinados.

A partir do reconhecimento da cultura popular de grupos oprimidos e da possibilidade de construção coletiva do conhecimento, a ênfase política da educação popular recai principalmente sobre **os direitos dos oprimidos ao conhecimento: o direito de conhecerem melhor o que já conhecem da “experiência feita”; o direito de conhecerem o que foi apropriado pelos opressores e lhes foi negado e o direito de produzirem o seu próprio conhecimento, inerente aos seus próprios valores, interesses e necessidades sociais, culturais e políticas.**

Sob uma abordagem pedagógica crítica, exige-se pensar a universidade a partir de uma visão que questione as estruturas de poder da sociedade. O que temos é um projeto educacional baseado numa visão tecnicista, mercadológica e neoliberal, que atende os interesses econômicos dominantes e estimula a competitividade. Nesta perspectiva, a educação torna-se instrumento para atender a esse projeto e a esses interesses, propagando-se a idéia de uma neutralidade, que legitima propostas educacionais vistas como despojadas de intenções e sentidos.

Em contraposição a essa idéia, é necessária uma postura que assuma que o conhecimento não é neutro, pois está associado a valores, ideologias, relações de poder, isto é, o conhecimento produz significados nos indivíduos e nas relações culturais, se tornando instrumento para validar posições e atitudes com base política e ideológica. “A escola é um processo político, não apenas porque contém uma mensagem política ou trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída” (GIROUX, 1997, p. 88).

Segundo Freire, “não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com idéias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos de que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade” (FREIRE, 1997, p.78).

Supor uma ciência disciplinar, com base num conhecimento que pode ser transmitido de forma neutra, que chega à sociedade e que pode abranger todas as camadas sociais indiscriminadamente, significa conceber o conhecimento técnico a partir da noção de que a ciência constitui-se em um saber superior. A construção do conhecimento fundado sobre o uso crítico da razão, vinculado a princípios éticos e a raízes sociais e culturais, é tarefa que precisa ser assumida quando se pensa numa universidade popular. Uma ciência associada à idéia de cultura popular, teria o caráter de redimensionar o objeto da disciplina científica. Assim, a técnica, parte integrante da reflexão científica, estaria contrabalançada pela formação social, cultural e histórica que conduziria, dentre outras conseqüências, a um rompimento com a noção de um saber superior dissociado dos valores culturais e da própria influência do senso comum. A interação entre ciência e cultura popular tenderia a proporcionar, portanto, uma possibilidade de flexibilização da idéia de saber superior, admitindo que o saber

socialmente praticado, ainda que contingenciado por intervenções técnicas, em nível de produção científica, corresponde a formas efetivas de conhecimento.

**Com este fundamento, a universidade pública e popular tem como princípio orientador a construção coletiva do conhecimento, a partir de uma conduta ética, solidária e cidadã.**

### 3. Ensino, Pesquisa e Extensão sob nova visão

Com um **ensino** de qualidade, a Universidade compreende a **extensão** como meio de se chegar às comunidades para conhecer os seus problemas e a **pesquisa** como desafio de contribuir para a busca de soluções. A pesquisa deve ser orientada por projetos propostos pelos movimentos sociais, a partir do levantamento de demandas e necessidades locais e regionais. A pesquisa, desse modo, gera um conhecimento que busca resolver os problemas das comunidades e, com isso, a Universidade presta contas publicamente de suas atividades de investigação à sociedade.

A extensão universitária assume, assim, um compromisso social radical e profundo com a comunidade, para a partir dos interesses e necessidades do povo, contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região onde a Universidade está inserida.

A pesquisa, nessa perspectiva, coloca o ser humano como centro do processo de investigação, em contraposição a atividade de pesquisa que prioriza as demandas do mercado e do capital, a partir de projetos financiados por grandes grupos econômicos, empresas transnacionais, sem nenhum vínculo ou compromisso com a qualidade de vida da população e com o desenvolvimento solidário e cooperativo das comunidades.

Ao contemplar diferentes regiões do sul do Brasil e da América Latina, se recai na idéia de pluralidade cultural. A compreensão da diversidade que caracteriza a população latino-americana deve estar presente também na universidade. Não se quer com isso, enfatizar apenas o respeito ao que se costuma considerar diferente ou pertencente a outras culturas, mas as diferenças étnicas e culturais, as desigualdades sócio-econômicas, as relações sociais discriminatórias e excludentes presentes no cotidiano e que perpassam a vida dos diversos grupos sociais. O convívio com a diferença faz-nos perceber como sujeito que se diferencia pelos desejos, idéias, formas de vida, etc. Isso possibilita compreender que cada um faz parte de um universo mais amplo. Por isso, a universidade precisa valorizar e reconhecer a diversidade cultural, de modo que os seus sujeitos reconheçam o direito à diferença como direito à equidade.

Com estes pressupostos (educação popular, construção social do conhecimento, pluralidade cultural), exige-se pensar nos educadores que atuarão nesta universidade. Ressaltamos a perspectiva do educador como intelectual crítico, que explora oportunidades, idéias, informações e teorias na luta contra a homogeneização do conhecimento e contra a opressão e a exclusão. Para isso, a atuação docente deve articular o pedagógico e o político, buscando construção de um conhecimento curricular reflexivo, crítico e emancipatório. Tal postura exige do educador a percepção da natureza política de sua prática e, portanto, a sua participação num projeto relevante de democracia.

#### **4. Objetivos:**

**Propomos a criação e a construção de uma Universidade Pública e Popular que envolva a Macro-região Norte do RS, Oeste Catarinense e Oeste Paranaense com os seguintes objetivos:**

- **Contribuir para o desenvolvimento justo e sustentável da região**
- **Contribuir para a integração dos povos latinoamericanos através do conhecimento e do diálogo cultural, profissional e acadêmico**
- 

A Universidade Pública e Popular quer atender as necessidades e os interesses dos movimentos sociais e populares, integrando a região norte do RS, o oeste de SC e sudoeste do PR. Com isso, quer suprir uma demanda de ensino público e gratuito nestas regiões, com uma proposta de ensino superior que enfoque a agroecologia, articulada com uma proposta que tenha como meta a sustentabilidade, o cooperativismo, a economia solidária, garantindo, com isso, a fixação do jovem no campo.

#### **5. Estrutura e Funcionamento:**

Uma universidade que faça a integração dos estados da região sul deve ter uma estrutura *multicampi*, isto é, deve ser organizada em vários *campi*, contemplando pólos regionais, definidos a partir de critérios de territorialização a serem debatidos com os movimentos sociais e populares das regiões. Tais *campi* serão instalados progressivamente, tendo em vista a definição dos pólos regionalizados.

Os *campi* terão uma organização e funcionamento que garanta a unidade da universidade. A unidade será garantida pelo projeto político pedagógico e pela gestão democrática e participativa.

A Universidade deve garantir bibliotecas, laboratórios equipados, acesso à informatização, alojamentos estudantis, alimentação e atendimento à saúde.

Ao discutir a gestão da Universidade é fundamental enfatizar a autonomia, entendida como autodeterminação das políticas acadêmicas, dos projetos e metas da instituição e da autônoma condução administrativa, financeira e patrimonial. A autonomia da Universidade se concretiza se: houver o funcionamento transparente e público das instâncias de decisão; realizar pública e regularmente o diálogo e o debate com a sociedade, tanto para oferecer a todos as informações sobre a vida universitária, como para receber críticas, sugestões e demandas vindas dos grupos sociais organizados; definir suas linhas de pesquisas e prioridades, sem permitir a intervenção externa das agências financiadoras; a elaboração da peça orçamentária anual, que define prioridades acadêmicas de docência e pesquisa, metas teóricas e sociais e investimentos dos recursos, passar pelo debate e aprovação de todos os membros da Universidade.

## 6. Formas e Condições de Acesso

Para garantir o acesso dos membros das classes populares ao ensino superior e contrapondo-se à exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização, a universidade pública e popular terá formas múltiplas de acesso, entre outros:

- . indicação dos alunos que freqüentarão a Universidade pelos movimentos sociais e organizações populares;
- . análise e avaliação do desempenho escolar, na educação básica;
- . produção de um memorial da história de vida e escolar do candidato.

Tendo em vista, o número de alunos que freqüentam a escola pública em nosso país, a Universidade garantirá quotas para estes alunos, numa proporção equivalente ao índice de alunos matriculados em estabelecimentos públicos de educação básica no Brasil. Por outro lado, deve-se assegurar vagas para aqueles que estão fora da escola há mais tempo, contemplando também os idosos. Finalmente, a fim de atender a integração latino-americana, serão destinados 10% das vagas para alunos oriundos de países da América Latina.

## 7. Regime de Alternância

O regime de alternância como princípio de organização dos tempos no processo de ensino e de aprendizagem, firmado metodologicamente como *práxis*, prevê períodos em que o aluno está na Universidade, estudando, pesquisando, construindo saberes e aprendendo, e outros períodos que o aluno retorna à sua comunidade, trazendo para a prática seus estudos, fazendo a reflexão e retornando para o espaço acadêmico trazendo confirmações, demandas de pesquisa e novos conhecimentos. ( Creio que precisa desenvolver mais, talvez aproveitando elaborações já feitas por Cerioli, Roseli Caldart et alli)

## 8. Centros (ou Núcleos) de Estudos

Pela importância estratégica ou pelo grau de exclusão provocada pelo processo histórico, assim como pela significativa presença na região da abrangida pela futura Universidade, propomos a criação de alguns Centros de Estudos com características especiais, como Centro Geradores de Conhecimentos estratégicos, resgate históricos e culturais bem como sistematização de informações necessárias aos grupos sociais ou étnicos vinculados aos Centros. Teriam a estrutura de Campi, com cursos que abrangessem as áreas de conhecimento fundamentais ao desenvolvimento do grupo social ao qual o mesmo estivesse vinculado, mas com características especiais, de acordo com a configuração de cada um.

A Universidade constituirá núcleos especiais de estudos, enfocando os aspectos históricos e culturais de grupos étnicos e sociais como os indígenas, os camponeses e os quilombolas. Estes Centros (ou núcleos) de estudos serão aparelhados com áreas experimentais, laboratórios, bibliotecas, enfim uma estrutura que permita fazer uma abordagem crítica e sistematizada destes sujeitos históricos.